

Maria Amália Azevedo Boll
Universidade Estadual de Maringá
amalia@mgalink.com.br

Dr. Thomas Bonnici
Universidade Estadual de Maringá
bonnia@wnet.com.br

O preconceito racial e a fragmentação do sujeito em *Uma margem distante*, de Caryl Phillips

Abstract: Racial bias and the splitting of the subject are analyzed in Caryl Phillips's *A Distant Shore*. Since the diasporic and colonial subject's othering and its process are investigated, the fictional representation of racial bias, hate and exclusion in multicultural England are focused and described. The theory of othering will show the strategies used to put the Negro immigrant as the other and justify the violence against him according to the epidermal schema. The splitting of the white English-born female subject is further analyzed in the context of its openness to otherness within absolute fixity. Narrative strategies corroborate towards the novel's plot against exclusion and homogeneity.

Keywords: *A Distant Shore*, Caryl Phillips, post-colonial theory, othering, racism, splitting of the subject.

Resumo: Analisam-se o preconceito racial e a fragmentação do sujeito em *Uma margem distante*, de Caryl Phillips. Investiga-se como se processa a outremização do sujeito colonizado, em condição de diáspora, constatando a maneira pela qual o sujeito colonial é vítima de preconceito racial, ódio e desprezo, mesmo estando na Inglaterra, um país de grande diversidade étnica. A aplicação da teoria da outremização revelará estratégias utilizadas para pôr na alteridade o negro imigrante e justificar a violência contra ele devido ao esquema epidérmico. Outrossim, analisa-se a fragmentação do sujeito branco, nativo da Inglaterra, diante de sua abertura à alteridade num contexto de absoluta fixidez. Corrobora a trama do romance, e as estratégias narrativas revelam a posicionalidade contra a exclusão e a homogeneidade.

Palavras-chave: *Uma margem distante*, Caryl Phillips, teoria pós-colonial, outremização, racismo, fragmentação do sujeito.

Sociedades multiculturais

A construção de sociedades culturalmente heterogêneas (Hall, 2003), ou sociedades multiculturais, desenvolveu-se especialmente a partir da expansão europeia no século 15, pela migração e pelo deslocamento dos povos, os quais têm constituído mais a regra que a exceção, produzindo sociedades étnica ou culturalmente “mistas”. Os motivos das mudanças são vários, dentre os quais, alterações climáticas, guerras, colonização e escravidão. Os impérios, produtos de conquista e dominação são frequentemente multiculturais. De fato, há uma íntima relação entre o ressurgimento da “questão multicultural” e o fenômeno “pós-colonial”. A migração, forçosa ou livre, levou as populações periféricas para o centro (a metrópole) e re-estabeleceu a alteridade como elemento constitutivo da identidade britânica acoplada à não aceitação da convivência pacífica num contexto de diversidade étnica.

Pretende-se neste ensaio analisar a outremização do sujeito colonizado, o racismo e a fragmentação do sujeito branco no romance *Uma Margem Distante* (*A Distant Shore*, publicado em 2003), de Caryl Phillips, nascido em 1958 na ilha caribenha de St Kitts. O objeto deste estudo compreende um breve episódio da vida de Solomon em Stoneleigh, ou seja, quando o imigrante africano mostra a Dorothy as cartas ameaçadoras. Solomon lhe comunica que não o querem naquele lugar embora não saiba o motivo. Ela sente-se culpada, pois sabe que a população britânica tem um profundo preconceito contra o negro e o outro diferente. Após ausentar-se do lugar por uns dias, na volta toma conhecimento do assassinato de Solomon. Para seu espanto, percebe que tudo continua igual e que as pessoas, nem mesmo a polícia, não se incomodam com o crime. Logo em seguida, sua ex-aluna de piano a informa quem foram os assassinos e de como tudo aconteceu. Esta passagem nos dá evidências suficientes de como o homem negro é ameaçado e vitimado pelo homem branco, o qual não aceita a presença do diferente ou do “outro”. A representação da fragmentação do personagem é, portanto, uma consequência da radical outremização e do deslocamento.

Raça e racismo

O termo “raça” desenvolveu-se num contexto histórico em que era conveniente e altamente lucrativo ao europeu distinguir raças puras e híbridas, tipos humanos imutáveis, comportamentos, habilidades e hierarquias inatas e diferentes. No século dezessete, ou seja, no estabelecimento e no auge do crescimento do comércio colonial, os

grupos humanos não eram apenas distintos por características faciais e cor epidérmica, mas também hierarquizados em categorias superiores (os brancos) e inferiores (os africanos negros), com várias nuances intermediárias. Pelo menos durante os últimos cinco séculos, a “raça” negra e outras “raças” não européias foram estigmatizadas pelos europeus como primitivas e, conseqüentemente, predeterminadas a serem integradas e subordinadas no contexto das iniciativas capitalistas e imperialistas dos primeiros. Atualmente há um consenso entre antropólogos e geneticistas de que o termo “raça” como sinônimo de subespécies e que não é aplicável aos seres humanos modernos.

A partir do século 16, os povoadores europeus construíram suas próprias atitudes referentes aos indígenas que encontraram nos países recém-descobertos. Formou-se, portanto, no território invadido uma sociedade diferente daquela européia original. Uma classe eurocêntrica, formada de fazendeiros, servidores governamentais e clérigos, e outra marginal e subordinada, composta de pessoas sem-terra e escravos, foram construídas “naturalmente”, conforme um modelo binário, embora o entrelaçamento de “raça” e classe fosse comum. No mundo colonial, o africano e o ameríndio estavam no último degrau da escala classista, ou seja, o trabalhador colonizado, no contexto da produção capitalista européia, tinha de ser índio ou negro ou afro-descendente. A ideologia da superioridade racial, então, passava imediatamente ao conceito de classe. Isso implicava que certas pessoas podiam ser racialmente identificadas como naturalmente pertencentes à classe de trabalhadores.

Embora atualmente as teorias raciais tendam a desaparecer, o termo ambivalente “raça” ainda provoca forte discussão nesse período de neocolonialismo e globalização (Bonnici, 2005) porque subsiste ainda a ideologia pela qual “o europeu, julgando-se parâmetro de civilização e educação, não apenas estratifica as raças, mas também coloca o outro como diferente, e, portanto não civilizado e sem cultura” (Bonnici, 2000).

Hall (2003) e Ashcroft (1998) afirmam que a etnicidade, culturalmente construída e particularmente fechada e exclusiva, como forma de identidade nacional inglesa, é uma das características cruciais do racismo britânico contemporâneo. De fato, o racismo sempre se construiu em termos de contestação da “multi-etnicidade” ou “multiculturalismo”. Outrossim, em *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon (1968) mostra que a negação da diferença faz do sujeito colonial um ser marginalizado, uma imitação grotesca ou uma duplicação que ameaça romper a alma e a pele inteira e uniforme do ego. Bhabha (1991)

ainda acrescenta que o tipo de negação que dá acesso ao reconhecimento da diferença no simbólico não é concedido ao sujeito colonial, seja ele colonizador ou colonizado. Essa possibilidade de diferença e de circulação libertaria os significantes pele/cultura dos significados de tipologia racial, analíticos de sangue, ideologia de domínio e de degeneração raciais e culturais:

Onde quer que ele vá, o negro é sempre um negro – a sua raça se transforma no sinal inextirpável da diferença negativa do discurso colonial. O estereótipo impede a circulação e a articulação do significante “raça” como qualquer outra coisa a não ser a sua permanência em forma de racismo (Fanon, 1968, p. 78).

Fanon denomina “esquema epidérmico” o discurso colonial. A pele tornou-se o significante-chave da diferença cultural e racial do estereótipo e é o fetiche mais visível e conhecido publicamente em uma gama de discursos culturais, políticos e históricos.

Hall (2003) afirma que a história oficial do Reino Unido pressupõe que a população tivesse uma cultura homogênea e unificada até a ocorrência das migrações das ex-colônias caribenhas e asiáticas no pós-guerra. De fato, sempre existiram muitas formas de ser “britânico”, como os irlandeses e escoceses podiam atestar. Conseqüentemente, a “diferença”, situada nas regiões vizinhas e, mais tarde, nas colônias, projetou o “outro” como elemento constitutivo da identidade britânica. No que diz respeito às colônias, há uma presença “negra” no Reino Unido desde o século dezesseis, e uma presença asiática, desde o século dezoito. O tipo e a dimensão da migração da periferia global para o Reino Unido têm questionado seriamente a noção estabelecida de uma identidade britânica e colocado em pauta a “questão multicultural”. Historicamente, essa migração surgiu com a chegada do navio S.S. Windrush, em 1948, trazendo os primeiros imigrantes caribenhos, a qual foi rapidamente reforçada pelos sujeitos coloniais do subcontinente asiático, africanos e outros oriundos do Terceiro Mundo. Atualmente, esses imigrantes e seus descendentes constituem 7% da população britânica e 25% da população de Londres e de outras grandes cidades. Passaram e ainda passam por todos os processos de exclusão social e sofrem as desvantagens que o racismo lhes impõe.

A outremização

O conceito de “raça” e de racismo produz a outremização, ou seja, o resultado da diferenciação entre o sujeito colonizador e o colonizado. É o processo pelo qual o discurso imperial fabrica o “outro”. Cu-

nhado por Spivak (1985; Ashcroft, 1998), o termo concretiza-se através de três tipologias: 1) exploração física do território não europeu pela qual o Outro, representante do poder colonizador, produz o outro; 2) a degradação do nativo quando é chamado de preguiçoso, ameaçador, depravado, mentiroso, pérfido, bruto, selvagem, etc; 3) o hiato entre o europeu (“nós”) e o outro (“eles”). Uma das maneiras utilizadas para outremizar é a degradação dos costumes nativos através do discurso (Bonnici, 2005). Conseqüentemente, “o objetivo do discurso colonial se concentra em construir o colonizado como população de tipo degenerado, tendo como base uma origem racial para justificar a conquista e estabelecer sistemas administrativos e culturais” (Bhabha, 1991, p. 184).

A diferenciação entre Outro/outro provém da filosofia lacaniana baseada parcialmente no existencialismo sartreano (Audi, 2006), o qual afirma que através da percepção do próprio ser-objeto para o Outro se deve compreender a presença do ser-sujeito dele. Essa reciprocidade permite as relações mútuas entre o ser e o outro. Ambos podem voluntariamente ter a função de objeto para o outro. Nas sociedades pós-coloniais, porém, o sujeito e o objeto pertencem a uma hierarquia em que o oprimido é fixado pela superioridade moral do dominador. É a dialética do sujeito e do outro, do dominador e do subalterno (Bonnici, 2000).

Todorov (1999) afirma que a relação com o outro não se dá numa única dimensão. É preciso distinguir entre pelo menos três eixos, nos quais pode ser situada a problemática da alteridade: em julgamento de valor (o outro é bom ou mau); a ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro (adotar os valores do outro ou impor-lhe a própria imagem); reconhecer ou ignorar a identidade do outro. Sabe-se que a existência de outros é crucial na definição do que é “normal” e para localizar o lugar de alguém no mundo. O sujeito colonizado é caracterizado como “outro” através de discursos como primitivismo e canibalismo, os quais estabelecem a separação binária do colonizador e colonizado, e marcam a naturalidade e a primazia da cultura colonizadora e da visão do mundo (Ashcroft, 1998).

A outremização do nativo acontece em razão do sentimento de superioridade próprio ao comportamento europeu. Esse sentimento resulta da própria filosofia ocidental, que se baseia no binarismo que produz a hierarquização na sociedade. É por causa dele que o europeu colonizador se sente superior ao nativo. “Quando o colonialismo coloca o nativo no pólo negativo da hierarquia e o associa à categoria de não europeu, ele estabelece a sua centralidade e o seu poder” (Bonnici, 2005, p. 17).

O outro deve ser visto como a negação necessária de uma identidade primordial, cultural ou psíquica, que introduz o sistema de diferenciação que permite ao cultural ser significado como realidade linguística, simbólica, histórica (Bhabha, 1998). A outremização e a objetificação só começam a existir quando o branco invade a terra alheia e impõe sua autoridade. Como afirma Figueiredo (1998), o negro, como colonizado, é criação da Europa. Antes de ter contato com o branco, o colonizado / o negro não se sente inferior a nenhuma outra raça. Toda a crise identitária surge da negação dos valores humanos e culturais imposta pela colonização.

Ao ter a sua cultura degradada, o colonizado / nativo, é tido como pobre, pagão, inculto, degenerado sexual, enfim, é inferior; com isso o colonizador justifica a colonização e a imposição de sua cultura, de sua religião, de sua língua, de seus costumes; produz estereótipos sobre o colonizado, e justifica a violência e exploração contra ele.

O colonizador faz a história e escreve a história. Mas esta é a história de seu país, não a da colônia. Memmi (1967, pp. 52-53) escreve que

[...] o colonizador sabe que ele é um usurpador, pois sua posse de terra conquistada pela força não é legítima. [...] ele enaltece suas qualidades, os méritos eminentes da civilização que representa e insiste sobre os defeitos, os deméritos do povo conquistado, seu atraso, sua pobreza, enfim, sua inferioridade.

Como o colonizado é desumanizado e inferiorizado, há um apagamento de todas as diferenças pessoais. Mistificado pelo discurso do outro e confrontado à imagem negativa de si próprio constantemente imposta pelas instituições e pelo contato com o colonizador, o colonizado não sabe mais o que ele é. Diante da anulação do seu ser, o colonizado frequentemente busca a assimilação, ou seja, tenta trocar de pele, adotando aquela que lhe parece cheia de atrativos: a figura do colonizador. O colonizado é levado a renegar a sua família, os seus valores, as suas tradições culturais e abraçar aqueles do colonizador, que ele, naturalmente, passou a admirar.

Através dessas considerações teóricas, observaremos e analisaremos como se dá o processo de outremização e racismo sofrido pelo negro no episódio anteriormente delineado e a fragmentação do sujeito em *Uma margem distante*, de Caryl Phillips.

Solomon: o processo de ser Outro

Após o périplo detenção-prisão-libertação narrado em *flashback*, Gabriel/Solomon experimenta o convívio do casal não-racista

Anderson, o qual, eventualmente, foi amargurado por fatos racistas colocados por vizinhos. A sua saída da casa dos Andersons e a sua instalação na recém-construída Stoneleigh dariam um novo alento ao sujeito diaspórico que necessita de compreensão, trabalho e espaço para viver. Diga-se com muita propriedade que a técnica do contínuo deslocamento do tempo e do foco narrativo, quase um *leitmotiv* na narrativa de Phillips, mais recentemente em *Dancing in the Dark* e em *Foreigners*, representa e realiza a condição de *unheimlichkeit* do negro diaspórico. Apesar dessa condição hostil de entremeio, a aproximação entre Solomon e Dorothy acontece num ambiente “desarmado”, ou seja, entre o Outro e o Outro, sem binarismo hierarquizante. De fato, Solomon, cheio de etiqueta, agrada a Dorothy, levando-a à clínica para consultas médicas. A reciprocidade de Solomon faz com que Dorothy enfatize seu comportamento, sua própria aparência bem cuidada e seus modos comedidos, fatores que nada indicam o “outro” diferente. Em outras palavras, o trabalho, o convívio social, a ajuda oferecida às pessoas doentes e as maneiras educadas de Solomon assemelham-se às dos britânicos. Se para Dorothy não há restrições de acesso, esse fator não é aplicável à maioria dos britânicos, já que Solomon, em si, constitui uma barreira epidérmica. Como o sujeito colonial não existe mais em sua individualidade (Figueiredo, 1998) e como se confronta a uma imagem negativa de si próprio, ele não sabe como ele se define. O texto de Phillips, abundante na proliferação de analepses e de prolepses, representa essa condição de quase não-identidade pelo fluxo de consciência de Solomon caracterizado pelo pensamento “caótico e errante”. Diante da anulação do seu ser, o sujeito colonial diaspórico busca a assimilação, ou seja, tenta trocar de pele, adotando aquela que lhe parece cheia de atrativos: a do colonizador. Verifica-se este comportamento em Solomon quando ele “esquece” a guerra, a brutalidade e o massacre de sua família, até a sua negritude, para agradar e assemelhar-se ao ex-colonizador em cujo país se encontra por escolha. Na terra imaginária, a mãe-pátria-lar, Solomon pensa que poderá viver normalmente no país de brancos. Os eventos lhe mostrarão que nada do que faça poderá mudar sua condição de negro, pois o britânico não consegue enxergar além da cor da pele.

Destaca-se o vazio na sala de estar de Solomon. Não há fotos de família ou sinais que possam revelar a sua identidade. Figueiredo (1998) afirma que para buscar a assimilação, o sujeito colonial diaspórico é levado a renegar a família, os seus valores, as suas tradições culturais e abraçar aqueles do colonizador. O apagamento e a visibilidade mínima constituem a estratégia de subjetificação num país que historicamente construiu sua identidade através da hierarquização dos outros

e do estabelecimento de barreiras para os outros diferentes. Duas opções delineiam-se diante de Solomon: ou enfrentar o Outro, mantendo a identidade e se subjetificando apesar do ambiente hostil; ou apagar-se de tal modo que nenhum traço da identidade passada (Hall, 2003) sobreviva. Semelhante aos personagens de romances contemporâneos britânicos “negros”, como Hortense e Gilbert em *Small Island*, de Andrea Levy, Bert Williams em *Dancing in the Dark*, de Caryl Phillips, Samad Iqbal em *White Teeth*, de Zadie Smith, e Dulé em *Indigo*, de Marina Warner, Solomon utiliza a cortesia dissimulada para rechaçar a segunda opção sem deixar a sua negritude destacar-se ao ponto de ferir a sensibilidade britânica. A irredutibilidade racial britânica, todavia, mostra-se não apenas perigosa, mas letal.

Diante da pergunta retórica de Solomon, “Isto é a Inglaterra. Para que tipo de lugar eu vim?” (Phillips, 2003, p. 48), Dorothy percebe o quanto Solomon é vulnerável na Inglaterra. Solomon percebe a existência do preconceito embora tivesse imaginado uma Inglaterra não-racializada. Dorothy sente-se embaraçada, pois ela pertence à comunidade britânica que construiu seu império simultaneamente ao estabelecimento da outremização do outro. Embora não compartilhe da ideologia, Dorothy faz um retrospecto das discussões com seus pais e com os professores da escola em que lecionava.

Papai me dizia que considerava as pessoas de cor um desafio à nossa identidade inglesa. [...] Para ele, ser inglês era mais importante do que ser britânico, e ser inglês significava não ser de cor. Ele não me dava ouvidos, da mesma forma que os professores da escola, que também odiavam as pessoas de cor [...] Mas por que o ódio contra Solomon, que não fala com ninguém? Que lava seu carro. Que não fez nada. O que essas pessoas esperam conseguir? Na verdade, quem são essas pessoas? [...] Eu conheço essas pessoas? Sento ao lado delas no ônibus? (Phillips, 2003, pp. 50-51).

Reconhece-se, portanto, o preconceito constitutivo britânico com relação ao negro. Julgando-se paradigma de todos, o europeu estratifica as “raças” colocando o outro como diferente e, portanto, não civilizado e sem cultura. Basta observar os documentos eurocêtricos espanhóis e portugueses do século 16 ou o famoso relatório de Macaulay do século 19 referente à Índia para delinear uma tradição contínua de outremização e imposição de civilização sobre o não-europeu. Dorothy revela a filosofia racista de seu pai, “natural” e “comum” à maioria dos britânicos: o negro é uma ameaça para a identidade britânica e a cor de sua pele é utilizada para instruir e reforçar o poder eurocêntrico. Pode-se, portanto, afirmar que a estratégia narrativa de Phillips “exige” a existência da personagem Dorothy como uma “cidadã nativa”

outremizada justamente porque não se adequa à suposta “normalidade britânica”.

Segundo Fanon (1968), a negação da diferença faz do sujeito colonial um ser marginalizado, uma imitação grotesca ou uma duplicação que ameaça romper a alma e a pele inteira e uniforme do ego. Ele diz ainda que, para compreender o discurso racista, é necessário que se reconheça o “esquema epidérmico”: a pele é o significante-chave da diferença cultural e racial do estereótipo, conhecido publicamente em uma gama de discursos culturais, políticos e históricos. Este significante atua publicamente no drama racial cotidiano das sociedades coloniais quando o pai de Dorothy afirma que “ser inglês significa não ser de cor”.

Ao retornar a Stoneleigh após se ausentar por uns dias, Dorothy toma conhecimento da morte de Solomon. Ele foi encontrado morto no canal que atravessa a cidade”.

A polícia não tem pista. Eles me disseram que não há nada necessariamente suspeito, embora tenham encontrado indícios de contusão na cabeça. A verdade é que não sei se eles estão de fato investigando. Quero dizer, não há fita amarela da polícia, ou avisos procurando testemunhas. Faz apenas dois dias que um homem morreu afogado nessa vila, mas tudo continua como se estivesse normal (Phillips, 2003, p. 56).

Ao relatar que tudo continua como se estivesse normal, o narrador identifica a indiferença para com o negro, cujo assassinato não merece a atenção pública nem de indivíduos nem da política pública governamental. A técnica narrativa de Phillips sobre as primeiras incertezas referente à morte de Solomon, o deslocamento físico e a perturbação mental de Dorothy realçam a tragédia produzida pela intolerância e pela recusa da presença de outros modos de vida. A violência que o homem branco impõe ao homem negro mostra a relação “Outro/outro” estabelecida entre eles. Os *hooligans* britânicos colocam Solomon como objeto cuja vida não tem importância. Eles acham-se no direito de subjugar e matar a quem consideram inferior e indigno. Segundo Ashcroft (1998), a outremização do nativo acontece em razão do sentimento de superioridade do europeu. Esse sentimento de superioridade advém da própria filosofia ocidental, que se baseia no binarismo que produz a hierarquização na sociedade.

Dorothy: o sujeito fragmentado

Apesar de ser inglesa e ter vivido toda a sua vida na Inglaterra, Dorothy é uma mulher diferente da maioria dos ingleses. Suas primeiras palavras ao começar a narrativa mostram que ela não é indiferente

ao outro: “A Inglaterra mudou. Hoje é difícil dizer quem é daqui e quem não é. Quem faz parte e quem é um estranho. É perturbador” (Phillips, 2003, p. 1). De fato, a Inglaterra está em constante mutação, à medida que a “periferia” invade as suas fronteiras e tenta se imiscuir na “metrópole”. Após a morte de seus pais, seu divórcio, a morte da irmã e da aposentadoria precoce, Dorothy tentará sobreviver aos escombros existenciais de sua vida em Stoneleigh, embora perceba que as pessoas do local a encarem “como se [ela] tivesse a marca de Caim na testa” (Phillips, 2003, p. 10). Após vários relacionamentos equivocados, a solitária Dorothy inicia uma tímida amizade com Solomon, tão solitário quanto ela, amizade interrompida com o assassinato de Solomon. Realmente sente-se que Stoneleigh, a Inglaterra, ou qualquer outro local, não é o seu lugar. Onde será? Ao final do romance Dorothy afirma: “Aqui não é meu lar, e até que eles aceitem isso, então vou ficar tão expressamente silenciosa como um pássaro voando” (Phillips, 2003, p. 348). Todavia, Dorothy é uma personagem que enfrenta os desafios do mundo moderno. Foge aos clichês impostos pela sociedade, não aceita o preconceito do povo britânico e despreza a mesquinhez dos que a rodeiam. Todos à sua volta preocupam-se somente com as pequenas coisas do cotidiano e com suas “vidas medíocres”. Refletindo sobre a sua vida em Stoneleigh, Dorothy chega a uma conclusão:

Não dá para evitar. Você vai dar uma caminhada, ou vai pegar um jornal, ou vai esperar no ponto de ônibus, e lá estão todos eles, o elenco do povoado representando os papéis designados. Aqueles de nós que são de Stoneleigh, o pequeno grupo de extras que vivem no alto da colina, ainda temos que receber nossos papéis (Phillips, 2006, p. 19).

De acordo com Lukács (2000), no mundo contemporâneo, ser pessoa é ser só; o indivíduo não tem mais afinidade com o mundo e nem o mundo com o indivíduo. O mundo é aberto, imperfeito e possui em seu bojo um indivíduo que se debate procurando o seu lugar. Reforça-se essa solidão e esse isolamento através da fragilidade psíquica e do fluxo de consciência “errante” de Dorothy, os quais são empregados por Phillips para representar o deslocamento paralelo (ao do negro imigrante) da mulher branca. Os delírios da moribunda ex-escrava Martha em *Crossing the River* não constituem apenas fatos “históricos”, mas são estratégias narrativas do autor para materializar o sentimento de *unheimlichkeit* de todos os excluídos e, ao mesmo tempo, da resistência à interculturalidade da sociedade predominantemente branca.

Diante das ameaças contra Solomon ela não se esquivava da alteridade. Aberta ao outro, acha que Solomon tem o direito de ser e viver diferente. A sua morte lhe trouxe uma profunda tristeza:

[...] Preocupo-me com quem cuidará do carro dele, ou avisará sua família. Nem mesmo sei se tem uma família. O pobre homem bem poderia da mesma forma estar vivendo no lado escuro da lua. Foi só depois que fui ao *pub* e bebi a meia Guinness, e depois que voltei subindo pela colina, que por fim entendi. Caí bruscamente nessa poltrona e percebi que não há como continuar vivendo entre essas pessoas. Não acho que elas se importem com mais ninguém, além de suas estúpidas pessoas, e se isso é verdade então eu também poderia, da mesma forma, estar vivendo no lado escuro da lua (Phillips, 2006, p. 69).

Embora britânica, a nomenclatura do “sujeito fragmentado” e do “corpo des-membrado” aplica-se a Dorothy diante de seu deslocamento existencial. Verifica-se a exceção quando ela nega a aceitar o “legado ou psique da conquista” pelo qual o sujeito, assumindo uma estrutura fixa e estável, recusa a alteridade. Com efeito, o “analfabetismo da imaginação” (Harris, 1989) não pertence a Dorothy. Ela tem a potencialidade de se abrir à diferença e à alteridade.

Após os acontecimentos da morte de Solomon, a falta de interesse da polícia em elucidar o crime e a ausência de reação dos habitantes de Stoneleigh, Dorothy finalmente percebe que Stoneleigh ou qualquer outro lugar ou a Inglaterra não era para Solomon, nem tampouco para ela. Possibilita-se, portanto, identificar o choque entre o mundo dos sujeitos fragmentados que se abrem à alteridade e o dos sujeitos alienados, fixos e unitários. A solidão diante da re-visão é própria do sujeito aberto à diferença. Na clínica de doentes mentais, Dorothy comenta:

Hoje tomei a decisão de não falar com ninguém, e percebo o quanto isso a [a enfermeira] deixa pouco à vontade, mas não tenho nada com isso, não é? Estou interessada nas flores e ela não, e isso resume a questão. Não lhe pedi para sentar perto de mim, então, se ela quiser ir, para mim está bem (Phillips, 2006, p. 338).

Embora a história possibilite em alguns momentos a construção de uma personagem forte e decidida, Dorothy se mostra perdida nas incertezas. Preocupada com a existência, a passagem do tempo e a morte, Dorothy encarna a personagem preconizada por Lukács, ou seja, “o indivíduo problemático rumo a si mesmo, o caminho desde o opaco cativo na realidade simplesmente existente, em si heterogênea e vazia de sentido para o indivíduo, rumo ao claro autoconhecimento” (Lukács, 2000, p. 82). A compreensão de uma sociedade heterogênea, mas fechada à diferença e à alteridade, é o maior conflito de Dorothy. Dorothy

não tem o olho cerrado (fechado à alteridade) e não possui a ilusão da completude que impede ao sujeito enxergar o outro. O sujeito fragmentado reflete sobre sua situação única no meio dos analfabetos de imaginação:

Um retiro. Um lugar onde você pode lamber suas feridas e ganhar um pouco de força antes de voltar para o mundo. Um lugar onde você aprende a recordar, e assim compreender sua vida. Mas do que me adianta isso agora? [...] Sei que aqui não é Weston. Ou Stoneleigh. Não há nenhum viaduto ao longe. Meu coração permanece um deserto, mas eu tentei. Tinha a sensação de que Solomon me compreendia. Aqui não é meu lar, e até que eles aceitem isso, então vou ficar tão expressamente silenciosa como um pássaro voando. Em algum momento, antes do amanhecer, quando a luz começar a escorrer vagarosamente pelo céu noturno, levantarei da minha cama e vestirei minha cara diurna (Phillips, 2006, pp. 347-348).

Nas reflexões de Dorothy vê-se o indivíduo que a sociedade moderna produz, “introduzindo assim no mundo das formas a fragmentariedade da estrutura do mundo” (Lukács, 2000, p. 36). Numa sociedade onde o preconceito contra o mais fraco impera, Dorothy mostra-se solidária com Solomon, um negro vivendo fora de seu país e tentando reconstruir sua vida. Identifica, portanto, a condição de Dorothy e de Solomon. Semelhante a ele, Dorothy, embora uma mulher inglesa que tenta reconstruir a vida, num lugar que não consegue chamar de lar, e oprimida por uma sociedade que não aceita sua condição de mulher sozinha, frustra-se diante do analfabetismo imaginário da população britânica. Tanto Dorothy quanto Solomon desejam apenas viver suas vidas em paz e ter relações de amizade sem hipocrisia. Ambos, porém, não conseguem realizar esse desejo e frustram-se na tentativa. Foi por isso que Lukács, amplamente corroborado pela técnica narrativa de deslocamento mental de Phillips, disse ser o romance uma forma duplamente perigosa: por retratar a fragmentação de uma sociedade doente e por divulgar os devaneios dessa sociedade.

Dorothy e Solomon não têm um final feliz. No entanto, na sociedade moderna não há mais lugar para finais felizes, pois há uma constante busca do indivíduo pelo autoconhecimento e pela existência. Dorothy representa o sujeito fragmentado, o qual procura entender a si mesmo através da abertura à alteridade.

Conclusão

A análise dos sujeitos fragmentados Solomon, o imigrante irregular negro, e Dorothy, a britânica sem ilusão de completude, leva-nos à percepção de que, apesar de a sociedade multicultural ser realidade

em muitos países da Europa e nos Estados Unidos, a diferença cultural não é aceita e ainda causa conflitos. Na era da globalização, a diáspora transnacional, devido aos problemas gerados muitos anos atrás pelo colonialismo e que não foram resolvidos, é inevitável entre o Sul e o Norte. Os imigrantes enfrentam os problemas provenientes da exclusão a qual estão submetidos em função da dificuldade dos habitantes das metrópoles colonizadoras em descolonizar suas mentes e aceitar o “outro” como sujeito.

A globalização instalou um processo homogeneizante, ou seja, a negação e a não-aceitação da diferença, o qual dificulta a aceitação de outra cultura, pois se parte do princípio de que apenas a civilização euro-americana é válida e, portanto, hegemônica (Mignolo, 2005). Como sempre aconteceu historicamente com o outro, o negro Solomon é objetificado pelos britânicos. Usando a estratégia de cortesia dissimulada, tenta aproximar-se ao indivíduo branco; perdendo sua auto-estima e aceitando-se como inferior, não consegue se localizar numa Inglaterra racialmente fechada e adepta do código monolítico. Solomon e Dorothy são outremizados, vítimas de estereótipos que os relegam à marginalidade. A posição do escritor negro Caryl Phillips se resume à recolocação e ao enviesamento dos conceitos estáveis e fixos para dirimir o “analfabetismo da imaginação” e estabelecer o reconhecimento da alteridade.

Embora a trama do romance *Uma margem distante* possa levar o leitor, erroneamente, a conclusões apenas sociológicas ou antropológicas prescindindo de qualquer conotação literária, a “forma” da narrativa, típica de Phillips, revela algo mais profundo. As estratégias narrativas de Phillips, compreendendo a dupla de personagens, o fluxo de consciência amplamente utilizado, o tempo alternado, o deslocamento “instantâneo” entre continentes e países, revelam com grande profundidade e mestria literária a metonímia do excluído, o qual, seja negro, seja branco, aflora no mundo literário como uma denúncia à abertura ao outro e à interculturalidade. Não é em vão que a criação artística pós-colonial constitui atualmente, junto com a de autores britânicos negros, uma extensa e insistente resistência à homogeneização e à univocidade nas experiências culturais.

Referências

- Ashcroft, Bill; Griffiths, Gareth & Helen Tiffin. *Key Concepts in Post-Colonial Studies*. London: Routledge, 1998.
- Audi, Robert. *The Cambridge Dictionary of Philosophy*. Cambridge: CUP, 2006.

- Bhabha, Homi. "A questão do 'outro': diferença, discriminação e o discurso do colonialismo". In: Hollanda, Heloísa Buarque de (org.). *Pós-Modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- Bonnici, Thomas. *Conceitos-chave da teoria pós-colonial*. Maringá: Eduem, 2005.
- Bonnici, Thomas. *O Pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. Maringá: Eduem, 2000.
- Fanon, Frantz. *Black skin, white masks*. London: MacGibbon and Kee, 1968.
- Figueiredo, Eurídice. *Construções de identidades pós-coloniais na literatura antilhana*. Niterói: Eduff, 1998.
- Hall, Stuart. *Da diáspora: Identidade e Mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- Harris, Wilson. "Literacy and the Imagination". In: Gilkes, Michael (org.). *The Literate Imagination: Essays on the novels of Wilson Harris*. London: Macmillan, 1989.
- Lukács, György. *A Teoria do romance*. Trad. José Marcos Marian de Macedo. São Paulo: Duas Cidades, 2000.
- Memmi, Albert. *The Colonizer and the Colonized*. Boston: Beacon Press, 1967.
- Mignolo, Walter. *The Idea of Latin America*. London: Blackwell, 2005.
- Phillips, Caryl. *Uma margem distante*. Trad. Maria J. Silveira. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- Spivak, Gayatri Chakravorty. "The Rani of Simur". In: Barker, F. (org.) *Europe and its Others*. Proceedings of the Essex Conference on the Sociology of Literature. Colchester: UEP, 1985, pp. 128-151.
- Todorov, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1999.